Os referidos bens foram arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, devendo a sua entrega ser feita, mediante inventário, pelo administrador do concelho, com intervenção das entidades a quem a guarda ou administração desses bens está confiada.

As mencionadas corporações encarregadas do culto declararão, no auto de entrega, que se responsabilizam pelas despesas com a guarda, conservação e reparação dos bens recebidos e ficam obrigadas a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos, no prazo de três meses, contados desta data, duplicado do referido auto de entrega, a qual caducará na hipótese do artigo 13.º do citado decreto n.º 11:887 ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações acima consignadas.

Lisboa, 26 de Abril de 1930.—O Director Geral,
Germano Martins.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto n.º 18:269

Pela nova organização dos serviços dependentes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, estabelecida pelo decreto n.º 18:176, de 8 de Abril do corrente ano, foi modificada a classificação das repartições de finanças de alguns concelhos do País. Conseqüentemente, a esta nova designação por classes das repartições de finanças concelhias tem de corresponder idêntica mudança de classificação das tesourarias da Fazenda Pública respectivas.

Ora sucede que com a alteração da categoria de algumas das tesourarias da Fazenda Pública os funcionários que têm a seu cargo estes serviços serão forçados a deslocarem-se para concelhos correspondentes à sua classe.

Atendendo porém a que a legislação reguladora dos direitos e obrigações dos tesoureiros da Fazenda Pública, anterior ao decreto de 8 de Abril citado, dava a estes funcionários, além da garantia de inamovibilidade, a faculdade de se conservarem nos concelhos onde servem, mesmo no caso de ser alterada a classificação fiscal;

Podendo estas regalias ser respeitadas em condições que não produzam acréscimo de encargos orçamentais;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos concelhos do continente e ilhas adjacentes onde as repartições de finanças mudaram de classe, em vista do disposto no artigo 10.º do decreto com força de lei n.º 18:176, de 8 de Abril de 1930, e nos termos dos mapas anexos ao mesmo decreto, as tesourarias da Fazenda Pública corresponderão à mesma classe dessas repartições de finanças.

Art. 2.º Em conseqüência do disposto no artigo anterior, a nova classificação das tesourarias da Fazenda Pública é a seguinte:

a) As dos concelhos de Abrantes e Matozinhos passam da 2.ª à 1.ª classe;

b) As dos concelhos de Almeirim, Chamusca, Coruche, Golegã, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Moura, Odemira e Portimão passam da 3.ª à 2.ª classe;

c) As dos concelhos de Alenquer, Chaves, Loures, Mafra e Vila Verde passam da 1.ª à 2.ª classe;

d) As dos concelhos de Arganil, Calheta (Funchal), Ca-

minha, Espinho, Maia, Sertã e Trancoso passam da 2.ª à 3.ª classe.

Art. 3.º Os tesoureiros da Fazenda Pública que à data da entrada em vigor do referido decreto n.º 18:176 se encontravam à testa das tesourarias que mudaram de classe por virtude do disposto no artigo anterior poderão ser conservados nos respectivos concelhos, a requerimento dos interessados, nas seguintes condições:

a) Os tesoureiros das tesourarias dos concelhos que eram de 3.ª e 2.ª classes, desde que declarem renunciar à melhoria dos vencimentos correspondentes à nova classificação;

b) Os tesoureiros das tesourarias dos concelhos que eram de 1.ª e 2.ª classes, desde que declarem aceitar a redução dos vencimentos proveniente da mudança de classe.

§ 1.º Os tesoureiros da Fazenda Pública abrangidos por este artigo deverão enviar os seus requerimentos, pelas vias competentes, à Direcção Geral da Fazenda Pública dentro do prazo de oito dias.

§ 2.º Os tesoureiros da Fazenda Pública que não requererem nos termos do parágrafo anterior serão colocados nos concelhos das respectivas classes onde haja vaga e de preferência nos do continente.

§ 3.º As despesas com os propostos das tesourarias da Fazenda Pública, a que se refere o decreto n.º 9:501, de 15 de Março de 1924, serão correspondentes aos vencimentos auferidos pelos tesoureiros com quem servirem.

Art. 4.º É revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luís Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luís António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima.*

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

2.ª Repartição Central

Decreto n.º 18:270

Tendo a relação geral das indústrias e comércios, aprovada pelo decreto n.º 18:222, de 19 de Abril findo, modificado em parte a estrutura da que vigorava anteriormente e que abrangia as formas actuais de tributação da contribuição industrial, com excepção do grupo B, e convindo, para integral execução do disposto no artigo 60.º do decreto-lei n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929, que essa parte se harmonize com a tabela do grupo A, à qual se refere o artigo 31.º do mesmo decreto-lei;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem aprovar a tabela da contribuição industrial, grupo A, junta a este decreto, a qual, em substituição da anexa ao decreto n.º 16:731, que revoga, passa a vigorar para efeitos do artigo 31.º desse decreto e baixa assinada pelo Ministro das Finanças.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 1 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar.*